

Um duro golpe na economia e no emprego

Empresariado repudia decisão do Governo Federal que dificulta o trabalho aos domingos e feriados

Mais de 300 entidades representativas dos setores do Comércio e Serviços de todo o Brasil assinaram um manifesto repudiando a portaria publicada na terça-feira, 14/11, pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O texto revoga parte de uma portaria editada em 2021, que tratava da autorização permanente para o trabalho aos domingos e feriados. A partir de agora, para que trabalhadores de 13 dos 28 segmentos do setor de comércio e serviços desempenhem suas atividades aos domingos e feriados será necessária autorização em convenção coletiva negociada entre sindicatos e patrões, e não mais em acordos individuais.

RETROCESSO

A Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina – FCDL/SC acompanha o posicionamento da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas – CNDL que é contrário à medida por entender que ela é “burocrática, custosa e um retrocesso frente aos avanços da legislação trabalhista que o Brasil assistiu nos últimos anos”. No entendimento da Confederação, a decisão do Ministério do Trabalho vai reduzir a atividade econômica do país e impactar negativamente no mercado de trabalho.

Da mesma forma, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-

-SC) e seus Sindicatos Empresariais associados, em conformidade com a Confederação Nacional do Comércio (CNC), veio a público manifestar preocupação com tal medida.

“A Fecomércio vê com preocupação a alteração nas regras realizada por Portaria, que traz insegurança jurídica para que as empresas exerçam suas atividades”, alega o presidente Hélio Dagnoni.

CONVOCAÇÃO

A FACISC, maior representante do setor produtivo catarinense, não apenas repudiou a medida como também convocou os demais representantes do Sistema a aderirem ao manifesto.

“A medida afetar o



SILVIA CHIOCA / FACISC
FACISC
Sérgio Rodrigues Alves

desempenho econômico do Brasil e inevitavelmente colocará em risco milhões de empregos diretos e indiretos – contrariando, ao menos em tese, o objetivo de preservação pretendido”, alerta o presidente da Facisc, Sérgio Rodrigues Alves.

AÇÃO

A CNDL informa que vai trabalhar junto às entidades representativas e às Frentes Parlamentares no Congresso Nacional



DIVULGAÇÃO / FECOMÉRCIO
FECOMÉRCIO/SC
Hélio Dagnoni

para a apresentação de um Projeto de Decreto Legislativo cujo objetivo será sustar os efeitos da Portaria.

“Seguiremos monitorando e trabalhando para defender o setor que mais gera emprego e renda no Brasil”, destacou o presidente em exercício da FCDL/SC, José Manoel Ramos.

Na mesma linha de atuação, a Fecomércio-SC, juntamente com a



DIVULGAÇÃO FCDL/SC
FCDL/SC
José Manoel Ramos

CNC, busca alternativas para questionar a legalidade do ato do Ministro do Trabalho, que extrapola a prerrogativa do órgão ao tratar questões que dizem respeito às relações do trabalho, que a princípio são de competência do legislativo. Além disso, diversas atividades listadas são consideradas de caráter essencial e já possuem previsão legal para o trabalho.

Não vamos aumentar impostos, garante Jorginho

Em evento promovido pela Fiesc - Federação das Indústrias de Santa Catarina - que teve palestra do ex-ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, o governador Jorginho Mello lançou a reformulação do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec), criado em 1988 com o objetivo de estimular a instalação ou expansão de

indústrias no Estado. No novo formato, que ainda precisa ser aprovado pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) e posteriormente pela Alesc, vai ser levado em conta medidas voltadas às práticas ESG (ambientais, sociais e de governança corporativa) e de inovação. A numerosa plateia de líderes empresariais presentes



EDUARDO VALENTE / SECOM
Governador Jorginho Mello (PL)

aplaudiu com entusiasmo o governador quando ele assegurou que não haverá aumento de impos-

tos e que será mantida a alíquota-base do ICMS em 17%. “Desde o início do ano, a Secretaria de Estado da Fazenda vem adotando uma série de medidas para buscar novas receitas e cortar despesas, sendo que o aumento de impostos nunca foi uma das alternativas”, garantiu Jorginho Mello.


